



## Apoiar os Menos Capazes ao Longo do CLTS e Depois do CLTS

Jamie Myers (Institute of Development Studies), Louise Maule (UNICEF), Michael Gnilo (UNICEF), Robert Chambers (Institute of Development Studies) e Sue Cavill (Consultora independente).

Desde a sua concepção em 1999, o sistema de Saneamento Total Liderado pela Comunidade (Community-Led Total Sanitation, CLTS) alargou-se a mais de 60 países e o resultado foi que milhões de pessoas em todo o mundo passaram a viver em comunidades Livres de Fecalismo a Céu Aberto (Open Defecation Free, ODF). A abordagem afastava-se dos programas de saneamento assentes em subsídios, que muitas vezes levavam a uma adopção desigual e a um uso parcial desse mesmo saneamento. O CLTS permitia que as comunidades se apropriassem do processo e trabalhassem colectivamente no sentido de se tornarem ODF. Desde que se iniciou a implementação do CLTS em grande escala, porém, surgiram vários desafios. Estão agora a aparecer dados que sugerem a necessidade de apoiar melhor os mais desfavorecidos com instalações de saneamento acessíveis e sustentáveis.

Esta Nota de Reflexão apresenta princípios e pontos de acção que estão a surgir para reforçar o apoio intracomunitário e introduzir mecanismos de apoio externo aos menos capazes quando necessário e apropriado. É um dos vários produtos de um workshop da região Ásia, organizado nas Filipinas pelo CLTS Knowledge Hub e pela UNICEF entre 24 e 28 de Maio de 2017. Encontram-se disponíveis outros recursos em: [www.communityledtotalsanitation.org/resource/supporting-least-able-throughout-and-beyond-clts](http://www.communityledtotalsanitation.org/resource/supporting-least-able-throughout-and-beyond-clts).

### Porquê agora?

Na era dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, devemos «até 2030, conseguir acesso a higiene e saneamento adequados e equitativos para todos e acabar com o fekalismo a céu aberto, prestando especial atenção às necessidades das mulheres e raparigas e das pessoas vulneráveis». Este acordo global significa que não podemos continuar a centrar-nos em vitórias fáceis, devendo antes assegurar que ninguém seja deixado para trás.

As latrinas construídas pelos mais pobres e vulneráveis têm mais probabilidades de se estragarem, de terem má manutenção ou de serem pouco higiénicas. Uma série de estudos de sustentabilidade demonstraram que o retrocesso para o fekalismo a céu aberto é um risco sério e que há mais probabilidades de que ele se dê entre os menos capazes de construírem sozinhos instalações de saneamento e fazer a sua manutenção (Cavill et al., 2015).

As políticas nacionais de saneamento, especialmente em certos países asiáticos, definem padrões elevados para os

projectos de latrinas, que muitas vezes são muito difíceis para os que têm menos possibilidades de pagar e construir. Essas políticas levaram também à construção de casas de banho que precisam de ser esvaziadas e de outros serviços.

À medida que o CLTS foi sendo aplicado a uma maior escala, a implementação alargou-se a comunidades que não reúnem as condições favoráveis listadas no Manual do CLTS (Kar com Chambers, 2008). Essas condições são as seguintes:

- **Meios complicados:** lençóis freáticos altos, comunidades costeiras, solos rochosos ou arenosos, áreas propensas a inundações.
- **Desafios sociais:** comunidades heterogéneas, com múltiplas castas, religiões ou classes. Comunidades em conflito com pouco capital social.
- **Desafios institucionais:** os recursos humanos nem sempre são suficientemente robustos para facilitar um nível suficientemente bom para o pré-despertar, o despertar e o seguimento do CLTS para alcançar resultados de saneamento sustentável para todos a grande escala.



Os menos capazes	Aqueles que são potencialmente desfavorecidos e menos capazes de fornecer a si próprios um saneamento sustentável e acessível. Podem incluir, por exemplo, pessoas que vivem em zonas vulneráveis, pessoas com deficiência, grupos socialmente marginalizados ou pobres em dinheiro e bens.
Apoio	Usa-se apoio em vez de subsídio, de modo a incluir um leque mais amplo de opções, incluindo orientação/assistência técnica, e facilitação do acesso a recursos fundiários/espaciais/comunais. É um conceito mais amplo que o de subsídio, que muitas vezes significa apoio financeiro ou material externo com pouca participação da comunidade.

Quadro 1: Terminologia e explicação de *menos capazes* e de *apoio*.

Nestas condições desfavoráveis, não podemos partir do princípio de que está a haver apoio intracomunitário espontâneo nem de que os recursos comunitários disponíveis são sempre suficientes para fazer face aos seus desafios de saneamento.

## Tipos de apoio

A linha divisória entre apoio interno e apoio externo nem sempre é clara, alguns mecanismos podem ser fornecidos por instrumentos de apoio tanto internos como externos. Existem, contudo, duas grandes categorias:

1. *Facilitar e reforçar* o apoio intracomunitário, incluindo: trabalho manual gratuito; apoio técnico de trabalhadores qualificados; recolha e fornecimento de materiais localmente disponíveis; fornecimento de materiais comprados; empréstimos ou subvenções de poupanças comunitárias, grupos de poupança ou indivíduos com mais posses; recolha de doações em dinheiro ou materiais; e negociação da licença de utilização do espaço.

2. *Fornecer apoio de fora*, como sejam prestadores de serviços contratados, vales, descontos de consumidores e fornecedores, transferências condicionais de dinheiro, crédito subsidiado ou custos de transporte subsidiados.

Ambas foram integradas no percurso para o ODF, além de serem utilizadas para conservar e desenvolver os ganhos pós-ODF. Embora haja alguma sobreposição das duas, a primeira centra-se no apoio intracomunitário e a segunda no apoio externo à comunidade.

## Questões e preocupações

Precisamos de ter a certeza de que não pomos em causa os princípios originais do CLTS de tomada de decisões e soluções locais lideradas pela comunidade; enfoque nas pessoas e não nos equipamentos e materiais; programas de mudança de comportamento e não de construção; e melhorias totais não parciais. Além disso, não devemos comprometer a prestação de contas, liderança e apropriação por parte do governo.

Não há consenso claro sobre se o apoio externo pode ser introduzido antes do ODF de forma a não quebrar o ímpeto para chegar a ODF. Precisamos de examinar cuidadosamente, porém, se se pode defender a posição de «não apressar» o ODF e prestar apoio às famílias mais desfavorecidas ou

menos capazes tendo em vista a sustentabilidade e a inclusão.

O uso de abordagens participativas lideradas pela comunidade para identificar quem precisa de apoio pode exigir muitos recursos humanos – para trabalhar em grande escala com essa abordagem, haveria que alavancar actores do governo local, que talvez não tenham competências, tempo ou recursos para o suportar.

Há poucos dados comprovados sobre quando e como a introdução do apoio que vise os menos capazes é rentável e não perturba os processos de auto-ajuda da comunidade.

É necessário ponderar cuidadosamente o equilíbrio entre garantir o direito humano ao saneamento aos menos capazes e incentivar de forma perversa os que não fazem nada por si mesmos. Há que avaliar cuidadosamente, caso a caso, situações em que se observa uma procura de serviços de saneamento, mas não se tem dinheiro para os pagar.

Isto é de particular importância no contexto de um elevado uso de casas de banho não melhoradas e baixos índices de fecalismo a céu aberto – em que os poucos que ainda praticam o fecalismo a céu aberto provavelmente se enquadram na categoria de menos capazes. Outro contexto seria o de situações propensas a calamidades ou pós-conflito/pós-emergência, em que populações inteiras perderam as suas latrinas, casas e meios de subsistência e provavelmente exigem apoio externo abrangente.

Nestes casos, os mecanismos externos de apoio devem continuar a garantir que a tomada de decisões e a liderança sejam exercidas pelas comunidades locais (ou seja, não se regresse a soluções impostas do exterior).



Casa de banho construída por homem com deficiência e pela sua família numa aldeia perto de Tacloban, Filipinas. Fotografia: Jamie Myers

## Princípios emergentes

### 1. Assegurar-se de que os menos capazes sejam intencionalmente incluídos em todas as etapas do processo

Seja explícito no que diz respeito a reconhecer, envolver e consultar os menos capazes nos processos CLTS e na monitoria pós-ODF e da sustentabilidade. Certifique-se de que se ouve o que têm a dizer e de que são reconhecidas e valorizadas as suas competências e capacidades – seguindo o princípio de «nada que nos diga respeito sem a nossa participação».

### 2. Fortalecer a equidade e a inclusão no ambiente favorável do sector

Certifique-se de que a equidade e a inclusão são integradas em todas as políticas, estratégias, directrizes e nos materiais de formação do sector, de organizações e do governo, incluindo materiais de formação de CLTS e protocolos de verificação ODF. Promova e use quadros de políticas que dêem orientação e flexibilidade aos actores locais para identificarem os menos capazes e chegarem até eles.

### 3. Reconhecer que o governo é o principal sujeito de dever

Os esforços para fortalecer a inclusão dos menos capazes devem suportar e reforçar esse papel, incluindo a responsabilidade do governo de dirigir, orientar, regular e monitorar, e da harmonização das abordagens sectoriais. Quando forem tomadas decisões para apoiar os menos capazes, estas devem basear-se em consultas e estar em consonância com sistemas e políticas governamentais.

### 4. Ter como objectivo a grande escala – e avaliar cuidadosamente os compromissos a fazer

Todas as abordagens devem ser dimensionadas para a grande escala, o que exige que os decisores políticos e os programadores ponderem cuidadosamente o custo, a simplicidade e a eficácia potencial da implementação em grande escala. Teste as abordagens, mas de uma forma que reconheça os desafios colocados pela amplitude da escala. Aceite que é improvável estarem disponíveis apoio e facilitação de alta qualidade em todas as áreas.

### 5. Reconhecer que não há nenhuma solução que sirva para todas as situações

Diferentes contextos exigirão diferentes combinações de soluções. Raramente há uma só abordagem ou um só mecanismo de apoio perfeito que melhore a equidade e a inclusão nos processos de saneamento e melhoria de higiene. Evite reduzir os esforços de equidade e inclusão a apenas algumas categorias muito visíveis (por exemplo, pessoas com deficiência) ou usar critérios demasiado específicos que limitem o reconhecimento da natureza diversa e variável dos menos capazes em contextos diferentes e momentos diferentes.

### 6. Comemorar o ODF e reconhecer que não é o fim do processo

O saneamento gerido com segurança é a finalidade dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Os processos pós-ODF precisam de começar a levar

as comunidades, incluindo os menos capazes, para um saneamento gerido com segurança. O CLTS sozinho pode não ser capaz de o fazer. Podem ser levadas a cabo algumas acções a nível comunitário, mas esta questão pode também exigir colaboração com fornecedores de serviços e investimentos de grande escala (nível distrital/municipal). Os menos capazes terão provavelmente mais desafios na construção de instalações de saneamento geridas com segurança ou no acesso a serviços, quando estes existem.

### 7. Apoio local para os menos capazes sempre que possível

Quer o apoio seja fornecido do interior ou do exterior dos programas comunitários, é necessário que seja sempre orientado pela procura. O apoio local é menos provável de perturbar e prejudicar os processos comunitários. Quando as comunidades e os governos locais dão apoio aos menos capazes (sob a forma de mão-de-obra e/ou materiais gratuitos), o enfoque no grupo-alvo tem mais probabilidades de ser rigoroso e é mais provável que o nível de apoio seja apropriado. Quando os intervenientes externos ou de nível superior prestam apoio, também se considera que as decisões locais sobre o enfoque, e o tipo e o nível de apoio têm mais probabilidades de melhorar os resultados e a sustentabilidade.

### 8. Promover resultados por área, que salvaguardem o alcance universal

Elevar os resultados por comunidade a resultados por área (por exemplo, todos os distritos ou municípios abrangidos) requer uma abordagem de planificação mais estratégica e uma análise cuidadosa dos diversos contextos, em que sejam reconhecidos e abordados os vários desafios (sociais, políticos, económicos, físicos e ambientais) – evitando-se assim o risco de fazer incidir o trabalho nos alvos mais simples, deixando para trás os menos capazes e os mais difíceis de alcançar.

### 9. Fornecer orientação técnica simples para garantir o saneamento para todos

O processo de CLTS deve incentivar inovação na comunidade (na concepção e construção da casa de banho), mas pode ser necessário algum apoio com capacitação para que a comunidade consiga compreender as opções técnicas relevantes, particularmente no que toca à acessibilidade para pessoas com deficiência e problemas de mobilidade, e em ambientes físicos difíceis. A capacitação sobre essas opções técnicas pode também ser importante para pedreiros e fornecedores, e para quem trabalha com a gestão de lodo fecal.

### 10. Incluir outros critérios nos processos de monitoria e verificação de ODF

Desenvolva critérios de equidade e inclusão na monitoria e verificação de ODF e pós-ODF, para avaliar se os menos capazes foram incluídos nos processos de CLTS e conseguiram abandonar o fecalismo a céu aberto e desenvolver melhores comportamentos de saneamento e higiene.

## Linhas de Acção

- **Políticas e Orientações:** Devem rever-se as políticas e directrizes nacionais e organizacionais para CLTS/ODF/programas de saneamento total usando uma perspectiva de equidade e inclusão – devem ser elaborados e divulgados protocolos e ferramentas de apoio revistos, sejam eles publicados de novo ou como adendas (materiais de formação, manuais de facilitadores, directrizes e critérios/lista de controlo para a verificação).
- **Desenvolvimento da capacidade:** As adaptações a políticas e directrizes têm de ser combinada com formação, para reorientar os funcionários, incluindo os actuais instrutores e implementadores.
- **Monitoria:** Há que fazer controlos de sustentabilidade e equidade em zonas anteriormente declaradas ODF.
- **Parcerias:** Devem procurar-se obter aconselhamento e apoios que estão fora do sector WASH. Sempre que possível, deve fazer-se parceria com grupos existentes que representem grupos desfavorecidos ou que incluam os menos capazes em todos os aspectos do ciclo do programa.
- **Aprender fazendo:** Deve usar-se pesquisa orientada para a acção para preencher lacunas na recolha de dados factuais que necessitem de atenção urgente. Deve haver um enfoque em diversas abordagens bem-sucedidas para identificar os menos capazes, entendendo os desafios que se colocam à participação e à inclusão em cada etapa do processo de CLTS /pós-ODF e os desafios na manutenção de instalações de saneamento higiénico.
- **Retenção e divulgação de conhecimento:** Devem documentar-se exemplos de desvios positivos que tenham integrado inclusão nos processos de CLTS ou tenham introduzido modelos de apoio externo. Um primeiro passo útil poderia ser mapear abordagens diferentes, aos níveis global, regional e nacional. Governos e parceiros devem facilitar intercâmbios de aprendizagem horizontais e verticais, para aprender com estes casos, garantindo que a voz dos menos capazes e dos implementadores no terreno possa contribuir para o desenvolvimento de políticas e orientações.

Tratar das preocupações, enfrentar os desafios e implementar estas linhas de acção identificadas são formas eficientes de começar a melhorar as práticas actuais. A manutenção de procedimentos simples, a descentralização de responsabilidades e o reforço de abordagens participativas devem aliviar as exigências administrativas e ajudar a ter como objectivo a ampliação de escala. Dar prioridade aos menos capazes deve ser uma maneira eficaz em termos de custos de alcançar resultados, promovendo a inclusão e a solidariedade social para que as próprias comunidades proporcionem mais apoio, reduzindo a necessidade de intervenções externas e aumentando simultaneamente a equidade e a sustentabilidade. Quando isso não for possível, pode ser necessário o apoio externo, embora tentando usar mecanismos comunitários para decidir e prestar esse apoio. Todos têm a ganhar com dar-se prioridade aos menos capazes nos processos de CLTS – a equidade e sustentabilidade, os programas, os facilitadores e as comunidades.

O que aqui é apresentado é o início de um longo processo. Esta breve Nota de Reflexão destaca alguns pontos essenciais que precisam de mais ponderação, pesquisa e mais discussões em todo o sector. Espera-se que esta conversa possa continuar com todos os que trabalham para o acesso universal ao saneamento sustentável.

## Bibliografia

- Cavill, S., Chambers, R. and Vernon, N. (2015) 'Sustainability and CLTS: Taking Stock', Frontiers of CLTS: Innovations and Insights Issue 4, Brighton: IDS
- Kar, K. with Chambers, R. (2008) Handbook on Community-Led Total Sanitation London: Plan
- UNICEF (2014) 'Evaluation of the WASH Sector Strategy "Community Approaches to Total Sanitation" (CATS)', UNICEF

Citação correcta: Myers, J., Maule, L., Gnilo, M., Chambers, M. and Cavill, S. (2017) 'Apoiar os Menos Capazes ao Longo do CLTS e Depois do CLTS', *CLTS Knowledge Hub Learning Brief 3* Brighton: IDS

Primeira edição 2017  
© Institute of Development Studies 2017  
Alguns direitos reservados – ver licença de direitos de autor para mais informação.

ISBN 978-1-78118-390-8

Para mais informações, contacte:  
CLTS Knowledge Hub, Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton, BN1 9RE  
Tel: +44 (0)1273 606261  
Email: CLTS@ids.ac.uk  
Site: <http://www.communityledtotalsanitation.org>

Esta série foi licenciada com uma licença Creative Commons de Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 3.0 Não Adaptada (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>).

*Atribuição:* Deve atribuir o devido crédito da maneira especificada pelo autor ou licenciante.

*NãoComercial:* Não pode usar este trabalho para fins comerciais

*SemDerivações:* Não pode alterar, transferir ou transformar este trabalho.

Os utentes podem copiar, distribuir, exhibir, traduzir ou levar à cena este trabalho sem autorização por escrito. Para cada novo uso ou distribuição, deve deixar claro para terceiros os termos da licença desta obra. Se usar o trabalho, pedimos que faça referência ao site do CLTS ([www.communityledtotalsanitation.org](http://www.communityledtotalsanitation.org)) e envie uma cópia do trabalho ou um link para a sua utilização em linha para o seguinte endereço: CLTS Knowledge Hub, Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton, BN1 9RE, Reino Unido (CLTS@ids.ac.uk).



Este documento foi financiado pela Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional, ASDI. A ASDI não partilha forçosamente os pontos de vista expressos neste material. A responsabilidade do conteúdo cabe exclusivamente aos autores.

